

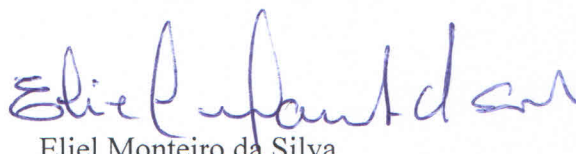


DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 10/2016 – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente, no uso de suas atribuições legais, não conhece do Recurso Administrativo interposto pela empresa FAB DE SOUSA, protocolado sob o número 1116, no dia 03.11.2016, às 13:02, haja vista a completa intempestividade, uma vez que o prazo recursal expirou dia 26.10.2016.

Publique-se.

Sala do Setor de Compras e Licitações, 03.11.2016.



Eliel Monteiro da Silva

Presidente da CPL

FAB DE SOUSA

CNPJ : 03.489.595/0001-89
E-mail : fabdesousa.eng@gmail.com
E-mail : fctzj@ibest.com.br

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO IFAM

Assunto: Recurso Administrativo

Ref. **TOMADA DE PREÇOS 03/2016**

Ilustríssimo Senhor Presidente e demais membros da Comissão de Licitação

Presados senhores.

A Empresa **FAB DE SOUSA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **03.489.595/0001-89**, com sede nesta cidade de Manaus no estado do Amazonas sito a Rua Edealina, 85 – Loteamento do Monte Sinai no Bairro da Cidade Nova, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de V.Sas., com fulcro no Art. 109 da Lei 8.666/93, afim de apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o ato de **INABILITAÇÃO** da Documentação apresentada por esta licitante, o que faz pelas razões de fato e de direito aduzidas a seguir:

Requer, igualmente, que as razões apresentadas motivem a Reforma do ato que Inabilitou a Documentação apresentada por esta licitante, caso assim não decida esta d. comissão, suba o Recurso à Estância Maior, para que, ao final, seja-lhe dado PROVIMENTO reformando a decisão e declarando a Recorrente Habilitada no presente certame.

Termos em que,

Pede deferimento.

Manaus, 18 de Outubro de 2.016


FAB DE SOUSA - ME

Francisco de Assis Barbosa de Sousa

IFAM-AM/CMZL

Protocolo: 1116

Em: 03 / 11 / 2016

Horário: 13:02



Assinatura

FAB DE SOUSA

CNPJ : 03.489.595/0001-89
E-mail : fabdesousa.eng@gmail.com
E-mail : fctzj@ibest.com.br

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016

RECORRENTE: **FAB DE SOUSA - ME**

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO, manejado nos autos da Tomada de Preços acima referenciada, onde a d. comissão de licitação, Inabilitou esta licitante do citado certame.

Transcreve-se a r. decisão recorrida:

“ A Comissão decidiu, presentes os requisitos do Edital, julgar Inabilitada do certame a empresa FAB DE SOUSA-ME, por deixar de comprovar o Vínculo com o Engº Civil Hudson Mar Smith conforme documentos anexo”

Ocorre que a documentação referente à Habilitação apresentada por esta recorrente cumpre os termos do Edital de Tomada de Preços nº 03/2016, quando apresenta como parâmetro vinculativo, a Declaração de Contratação Futura e a Anuência com o respectivo furo, isso feito com a devida orientação baseada no Art. 30º da Lei 8.666/93 e Leis Correlatas e ainda de acordo com a Orientação do Acórdão 33/2011-TCU – Plenário, que sendo ainda utilizado o anexo acostado aos autos do Processo de Licitação nº 23073.000891/2016-11. “Resposta do TCU”.

Senhor Presidente,

O Edital de Tomada de Preços nº 03/2016 não exige e nem define vinculação. Veja o Item 5.5 alínea “j” - Ter responsável técnico – profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço pertinente e compatível com o objeto desta licitação, devidamente acompanhado de certidão de registro e quitação de pessoa física e jurídica.

Segundo o TCU, a solicitação de vínculo permanente, entre a licitante e o profissional Responsável Técnico da Obra, tende a ser restritiva por impor ônus desnecessário aos licitantes, bastando a comprovação de disponibilidade para a execução dos serviços, caso a empresa venha sagrar-se vencedora do certame (Acórdão 33/2011-TCU-Plenário), por esta razão houve o VETO em alguns parágrafos do Art. 30º da Lei 8.666/93 ressurgindo o mesmo artigo com as alterações definidas, onde fica claro no entendimento da Lei que esta

Rua Edealina, 85 – Loteamento do Monte Sinai – Cidade Nova I

CEP : 69.090-750 - Manaus / Amazonas

Fones : (92) 9205-8778 / 8166-1530 / 3581-4901

FAB DE SOUSA

CNPJ : 03.489.595/0001-89

E-mail : fabdesousa.eng@gmail.com

E-mail : fctzj@ibest.com.br

exigência, impede a livre concorrência e de outra forma torna a empresa devedora antes mesmo de assinar um contratado de trabalho, caracterizando ainda a imposição de ter que empregar para então concorrer contraria assim o direito da livre concorrência sendo também um afronta ao Art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal de 1988, c/c Art 3º, caput, da Lei 8.666/93.

Como se sabe, a Lei 8.666/93 – Lei das Licitações e Contratos Administrativos prevê obrigações expressas no sentido de que o objeto, a documentação e o valor da proposta sejam avaliados com a finalidade direta de atestar-se ao atendimento ao que se deseja no Edital.

Dessa forma, seja por observância dos princípios basilares da concorrência pública, seja por observância das determinações e posição defendida pela uníssona jurisprudência nacional, nota-se, com incontestável clareza, que a manutenção da inabilitação desta recorrente é um risco que atenta ao interesse primário do Estado - o que deve ser objeto de justa correção e reforma.

ISTO POSTO, requer que o presente recurso seja recebido e processado para fins de reformar a r. decisão de inabilitação desta recorrente, declarando, assim a sua HABILITAÇÃO e permitindo que a recorrente FAB DE SOUSA – ME, prossiga no presente certame.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Manaus, 18 de Outubro de 2.016

FAB DE SOUSA – ME

Francisco de Assis Barbosa de Sousa

1. Como se trata de empresa recente, não possui ainda acervo técnico em seu nome. A empresa pode então participar da licitação utilizando o acervo técnico de seu engenheiro responsável?

Não, pois trata-se de outro tipo de comprovação. Em licitações, existem as exigências técnico-operacionais (relativas à empresa) e as exigências técnico-profissionais (relativas às pessoas físicas que executarão o objeto). Ambas integram a qualificação e devem ser preenchidas concomitantemente. Assim, a empresa deve apresentar certidões tanto da empresa quanto do profissional de modo a cumprir tanto a exigência do item 29.2 quanto do item 29.3 do edital.

2. O vínculo do engenheiro responsável com a empresa pode ser demonstrado pelo contrato expedido pelo CREA que mostra esse engenheiro como responsável pela empresa? Segundo a pessoa que me ligou, um mesmo engenheiro é às vezes, perante o CREA, responsável por várias empresas.

Conforme item 29.3.1 do Edital, a comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional. Assim, caso a empresa não tenha vínculo formal atualmente, poderá apresentar declaração de contratação futura.